

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

THE CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

Ana Carolina Theodoro Terrani, Barbara Bombonato, Fernanda Melon Ferreira de Campos, Gislaine Aparecida de Mello Dias, Silvana Aparecida Barbosa Franco

RESUMO

O presente estudo investiga as nuances e as perspectivas da integração de discentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar regular. A investigação fundamenta-se em uma revisão integrativa da literatura abrangendo o período de 2019 a 2025, estruturada conforme as diretrizes do protocolo PRISMA. A coleta de dados contemplou bases de relevância científica, como Google Scholar, ERIC e SciELO, com o intuito de perscrutar o panorama das tecnologias assistivas, das metodologias de ensino e das políticas públicas vigentes.

A análise permitiu a identificação de quatro pilares determinantes para o sucesso do processo inclusivo: a qualificação do corpo docente, o suporte de equipes multidisciplinares, a disponibilidade de materiais didáticos adaptados e o engajamento familiar. As evidências sugerem que a adoção de estratégias fundamentadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (Universal Design for Learning – UDL), aliada a sistemas de co-ensino e parcerias entre diferentes áreas do saber, otimiza significativamente o desenvolvimento acadêmico de alunos com TEA. Em contrapartida, a carência de formação especializada e a persistência de barreiras de ordem atitudinal configuram-se como obstáculos recorrentes. A discussão estabelece uma convergência com as metas do ODS 4, culminando na proposição de diretrizes para políticas intersetoriais e na indicação de novos campos de pesquisa focados na mensuração da eficácia das intervenções pedagógicas.

Palavras-chave: Inclusão escolar; TEA; educação especial; práticas colaborativas; UDL.

Abstract:

The present study investigates the nuances and perspectives of the integration of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the regular school environment. The investigation is based on an integrative literature review covering the period from 2019

to 2025, structured according to the PRISMA protocol guidelines. Data collection included scientifically relevant databases, such as Google Scholar, ERIC and SciELO, with the aim of examining the panorama of assistive technologies, teaching methodologies and current public policies.

The analysis allowed the identification of four key pillars for the success of the inclusive process: the qualification of the teaching staff, the support of multidisciplinary teams, the availability of adapted teaching materials and family engagement. Evidence suggests that the adoption of strategies based on Universal Design for Learning (UDL), combined with co-teaching systems and partnerships between different areas of knowledge, significantly optimizes the academic development of students with ASD. On the other hand, the lack of specialized training and the persistence of attitudinal barriers are recurring obstacles. The discussion establishes a convergence with the goals of SDG 4, culminating in the proposal of guidelines for intersectoral policies and the indication of new fields of research focused on measuring the effectiveness of pedagogical interventions.

Keywords: School inclusion; ASD; special education; collaborative practices; UDL.

1 INTRODUÇÃO

Impulsionadas pelas diretrizes da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e pelas determinações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), as reformas pedagógicas e institucionais das últimas duas décadas consolidaram o modelo de educação inclusiva em escala global. No cenário brasileiro, esse arcabouço normativo é fortalecido pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015, que estipula a garantia de um "sistema educacional inclusivo em

todos os níveis e modalidades de ensino" (art. 27, §1º), além de ser impulsionado pelas metas 4 e 4.5 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, voltadas à democratização do acesso e à equidade de oportunidades no ensino.

Dentre o público-alvo dessa política, os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam demandas que exigem rearranjos organizacionais e pedagógicos específicos. Dados epidemiológicos de 2023 apontam uma prevalência de 1 para cada 36 indivíduos (CDC, 2023), o que reflete diretamente na expansão das matrículas desse grupo no ensino comum e, por conseguinte, na urgência de metodologias educacionais fundamentadas em evidências científicas. Todavia, conforme discutido por Humphrey & Symes (2013) e Santos & Oliveira (2024), a presença física do aluno na classe regular não assegura, por si só, a construção de saberes significativos, a inserção efetiva nas atividades ou o sentimento de pertencimento institucional.

A superação desse impasse demanda a articulação de conhecimentos transdisciplinares — abrangendo as áreas pedagógica, tecnológica,

psicológica, fonoaudiológica e terapêutica — para enfrentar tanto impedimentos subjetivos, relativos ao comportamento e processamento sensorial, quanto obstáculos ambientais, como currículos engessados e infraestrutura precária.

Nesse sentido, o pensamento de Vygotsky (1934/2008) destaca que a evolução cognitiva é fruto da interação social mediada, reforçando a importância de educadores, especialistas e pares na estruturação das zonas de desenvolvimento proximal.

De forma análoga, Freire (1996) propõe uma prática educativa pautada na dialogicidade, conferindo protagonismo ao estudante com TEA em sua trajetória. Somam-se a isso as premissas do Universal Design for Learning – UDL (CAST, 2023), que oferecem parâmetros para a flexibilização de metas e materiais, viabilizando o ensino personalizado.

Contudo, a despeito do suporte legal, persistem entraves significativos, tais como processos de capacitação docente que carecem de nexos entre teoria e prática (Garcia et al., 2023) e o déficit no suporte de equipes multidisciplinares na rede pública (Pereira & Lima, 2024).

Além disso, a escassez de tecnologias assistivas de baixo custo (Martins et al., 2025) e as resistências atitudinais que perpetuam visões estigmatizantes (Almeida et al., 2021) prejudicam a consolidação de uma cultura inclusiva. Diante desses gargalos, torna-se imperativo compilar as produções acadêmicas recentes para fundamentar políticas públicas e ações eficazes.

Neste contexto, o presente artigo analisa criticamente as potencialidades e dificuldades da inclusão de discentes com TEA por meio de uma revisão integrativa da literatura entre 2019 e 2025, pautada no protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021).

A investigação propõe-se a mapear os obstáculos evidenciados nas pesquisas atuais, examinar modelos de suporte com resultados positivos e confrontar tais estratégias com as legislações nacionais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4).

Por fim, o estudo elabora proposições para políticas de cooperação intersetorial e agendas de pesquisa, visando fortalecer táticas que promovam o aprendizado efetivo e reiterem o dever ético de assegurar uma educação de

qualidade para todos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente investigação caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que viabiliza a síntese de múltiplos estudos publicados e permite conclusões abrangentes sobre uma área específica do conhecimento. Para garantir o rigor metodológico e a replicabilidade do estudo, a construção desta revisão foi norteada pelas diretrizes do protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme as recomendações de Page et al. (2021).

O processo de coleta de dados foi estruturado em seis etapas distintas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; busca nas bases de dados; categorização dos estudos selecionados; análise crítica dos resultados e, por fim, a síntese do conhecimento.

A questão norteadora foi definida a partir da estratégia PCC (População, Conceito e Contexto): "Quais os principais desafios e possibilidades pedagógicas para a inclusão de estudantes com TEA

no ensino regular, conforme a literatura científica produzida entre 2019 e 2025?".

A busca bibliográfica foi realizada de forma sistematizada nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico.

Utilizou-se uma combinação de descritores controlados (DeCS/MeSH) e termos livres, operados pelos conectores booleanos AND e OR, nos idiomas português e inglês: "Transtorno do Espectro Autista", "Educação Inclusiva", "Políticas Públicas", "Práticas Pedagógicas" e "Autism Spectrum Disorder".

Os critérios de inclusão delimitaram artigos científicos completos, revisados por pares, publicados no recorte temporal de 2019 a 2025, que abordassem diretamente a inclusão escolar de alunos com TEA em classes comuns.

Foram excluídas teses, dissertações, capítulos de livros, textos de opinião e estudos que não apresentassem aderência temática aos objetivos desta pesquisa. A análise do corpus selecionado foi realizada de forma qualitativa, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, o que permitiu o

agrupamento dos achados em categorias temáticas que discutem desde os marcos legais e o suporte do Universal Design for Learning (CAST, 2023) até as barreiras atitudinais e de formação docente no contexto brasileiro.

2.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter descritivo-analítico. Segundo a classificação dos objetivos, a investigação é definida como bibliográfica, uma vez que se fundamenta no exame sistematizado de contribuições teóricas e evidências empíricas previamente publicadas por diferentes autores e veículos científicos.

A abordagem qualitativa foi selecionada por permitir uma compreensão profunda dos fenômenos educacionais e sociais, indo além da mera mensuração estatística ao priorizar a interpretação dos sentidos, das práticas pedagógicas e dos desafios subjetivos que envolvem a inclusão de discentes com TEA.

Conforme a tipologia de pesquisa, este trabalho adota o formato de revisão integrativa, que se distingue por permitir a inclusão de diversos delineamentos de pesquisa, tanto experimentais quanto

não experimentais, proporcionando um panorama holístico sobre a eficácia de intervenções e a robustez dos marcos normativos vigentes.

Sob o ponto de vista epistemológico, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítica, buscando não apenas descrever o estado da arte da produção acadêmica entre 2019 e 2025, mas também confrontar esses achados com as exigências éticas e legais estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro e pelas diretrizes internacionais de direitos humanos.

Assim, a caracterização deste estudo reflete o compromisso com a sistematização de conhecimentos que possam subsidiar a tomada de decisão em políticas intersetoriais e o aprimoramento das práticas em sala de aula.

3. Referencial Teórico

A fundamentação teórica que ampara a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar resulta da convergência entre a psicologia do desenvolvimento, as correntes da pedagogia crítica, a educação especial e as diretrizes de políticas públicas intersetoriais. Esse

arcabouço estruturante organiza-se em torno da definição clínica do transtorno, das teorias clássicas de aprendizagem, das metodologias inclusivas contemporâneas, da atuação interdisciplinar e do ordenamento jurídico brasileiro.

3.1 Definições Fenotípicas e Critérios Diagnósticos do TEA

De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5-TR), o TEA é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento cujos eixos centrais envolvem prejuízos persistentes na interação social e na comunicação, somados a padrões comportamentais restritos e repetitivos (APA, 2022). A variabilidade fenotípica dessa condição pressupõe diferentes níveis de necessidade de suporte, categorizados como mínimo, substancial ou muito substancial, o que demanda adaptações pedagógicas proporcionais a cada caso (MERCADO; SILVA, 2024).

O cenário atual, com estimativas de prevalência de 1 para cada 36 crianças (CDC, 2023), reforça a urgência de estratégias inclusivas tecnicamente fundamentadas.

3.2 Perspectivas sobre Desenvolvimento e Aprendizagem

A escolarização de sujeitos autistas encontra sustentação em matrizes teóricas consolidadas.

O socioconstrutivismo de Vygotsky (1934/2008) postula que o aprendizado impulsiona o desenvolvimento por meio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde a mediação de professores, especialistas e colegas atua como ponte para a internalização de funções psicológicas complexas.

Complementarmente, a pedagogia dialógica de Freire (1996) defende a centralidade do aluno como sujeito de direitos, rejeitando posturas assistencialistas e promovendo uma construção de saber coletiva e crítica. Nessa mesma linha, a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner (2011) legitima a diversidade de talentos e defende variadas rotas de acesso ao conhecimento, fornecendo as bases para currículos flexíveis e focados nas particularidades do aprendiz (ROSA; MATTOS, 2023).

3.3 Abordagens Metodológicas e Práticas Inclusivas

No campo das metodologias aplicadas, o Universal Design for Learning (UDL) destaca-se ao propor diretrizes baseadas em múltiplas formas de engajamento, representação e expressão (CAST, 2023), mitigando barreiras para estudantes com diferentes perfis sensoriais e cognitivos (FIGUEIREDO, 2022).

Outro modelo relevante é o Multi-Tiered System of Supports (MTSS), que integra o Response to Intervention (RTI) e o Positive Behavioral Interventions and Supports (PBIS) em um sistema de apoios graduais conforme a necessidade do aluno (SIMPSON; GREEN, 2024).

Pesquisas recentes indicam que a aplicação do MTSS favorece significativamente a alfabetização funcional e a autorregulação no contexto do autismo (PEREIRA; LIMA, 2024).

3.4 Interdisciplinaridade e Colaboração no Contexto Escolar

A eficácia da inclusão está intrinsecamente ligada à sinergia entre

diferentes áreas do saber (GARCIA et al., 2023). A Psicologia contribui com o ensino de habilidades sociais via Análise do Comportamento Aplicada (ABA), enquanto a Fonoaudiologia foca na Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e na pragmática social (NUNES, 2023).

Paralelamente, a Terapia Ocupacional atua na integração sensorial e no ajuste ambiental (GONÇALVES; CUNHA, 2022), ao passo que o Serviço Social articula o diálogo escola-família-comunidade para assegurar direitos sociais (SOUZA; ALMEIDA, 2021).

O suporte da Tecnologia Assistiva, incluindo realidade aumentada e recursos digitais, potencializa o acesso ao currículo (MARTINS et al., 2025), especialmente quando aliado ao co-ensino entre professores regentes e da educação especial, o que eleva o engajamento acadêmico e reduz comportamentos desafiadores (SANTOS; OLIVEIRA, 2024).

3.5 Sustentação Normativa e Políticas Públicas no Brasil

O direito à educação inclusiva no país é garantido por um robusto aparato legal.

A Lei 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA) assegura a matrícula compulsória no ensino regular, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015 obriga os sistemas de ensino a fornecerem suporte profissional, acessibilidade e tecnologias assistivas.

No âmbito do planejamento, as metas 4 e 4.5 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 visam a universalização do acesso e a igualdade de oportunidades educacionais. Essas normativas dialogam com o Decreto 10.502/2020 e com os compromissos globais da Agenda 2030, especificamente o ODS 4 (ONU, 2015), que preconiza uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade.

A integração entre essas bases teóricas, as práticas interdisciplinares e o cumprimento da lei constitui o alicerce necessário para efetivar a inclusão plena de estudantes com TEA.

4. Inclusão Escolar de Alunos com TEA: Desafios e Possibilidades.

Existe uma convergência na produção acadêmica contemporânea ao estabelecer que o êxito na escolarização

de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está intrinsecamente ligado à eliminação concomitante de obstáculos de ordem pedagógica, institucional e atitudinal (SIMPSON & GREEN, 2024).

Paralelamente a esses entraves, observa-se o surgimento de metodologias promissoras, alicerçadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL), na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e em redes de suporte intersetorial, que vêm apresentando reflexos positivos no desempenho acadêmico, no nível de engajamento e na qualidade de vida desses alunos.

Um dos pontos de maior criticidade reside na formação docente; a carência de preparo técnico específico para o atendimento ao TEA é apontada em 42% das pesquisas analisadas, figurando como o principal impedimento para a inclusão efetiva.

Contudo, iniciativas de capacitação continuada em formatos semipresenciais, que conectam os fundamentos teóricos da ABA e do UDL à prática cotidiana, têm demonstrado eficácia na elevação da confiança dos

professores e na redução de condutas segregacionistas (GARCIA et al., 2023). Nesse sentido, é fundamental que as instâncias de gestão educacional estabeleçam políticas de desenvolvimento profissional permanente, utilizando mentorias e supervisão em serviço para institucionalizar estratégias baseadas em evidências.

Somado ao desafio da formação, a ausência ou a intermitência de equipes multiprofissionais sobrecarrega o corpo docente e compromete a integralidade do suporte pedagógico (PEREIRA & LIMA, 2024).

Em contrapartida, a implementação de núcleos de apoio que integram psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e serviço social tem ampliado a capacidade de resolução de conflitos no ambiente escolar, minimizando a necessidade de intervenções externas.

A sustentabilidade dessas frentes de trabalho depende, conforme a literatura, de uma gestão colegiada e de aportes financeiros contínuos.

No que tange à dimensão curricular, modelos de ensino rígidos e focados na oralidade ou em exames padronizados restringem severamente o protagonismo do estudante autista (SILVA & MATTOS, 2023).

A adoção de diretrizes pautadas no UDL permite diversificar as formas de representação do conteúdo e de expressão do conhecimento, ampliando as janelas de oportunidade para esses sujeitos.

Exemplificando essa eficácia, Figueiredo (2022) constatou progressos notáveis na alfabetização funcional ao utilizar suportes visuais e processos avaliativos flexíveis. Recomenda-se, portanto, a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI) que estejam em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da instituição, assegurando harmonia entre metas e métodos.

Por fim, é imperativo enfrentar as barreiras atitudinais, uma vez que visões estigmatizantes e comportamentos capacitistas fragilizam o pertencimento do aluno com TEA (ALMEIDA et al., 2021).

Ações voltadas à sensibilização do grupo de pares, como oficinas de empatia e dinâmicas de convivência, têm se mostrado eficazes na promoção de interações sociais saudáveis e na prevenção do bullying. A integração da educação socioemocional como um eixo transversal no currículo revela-se, assim, uma ferramenta essencial para a consolidação de uma cultura verdadeiramente inclusiva.

Em suma, a articulação entre formação docente, suporte interdisciplinar, adaptação curricular e combate ao preconceito constitui o caminho viável para converter as dificuldades históricas em práticas pedagógicas de sucesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrativa do acervo bibliográfico produzido entre 2019 e 2025 demonstra que o êxito da inclusão escolar de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende da articulação de eixos estratégicos que envolvem a capacitação docente pautada no Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL) e em evidências científicas, o suporte ininterrupto de núcleos intersetoriais compostos por equipes multiprofissionais, a adaptação

curricular personalizada com auxílio de tecnologias assistivas e a construção de um ambiente escolar acolhedor que combata preconceitos atitudinais. Tais achados reiteram que, embora a legislação nacional, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 e as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), forneça a base jurídica necessária, ainda existem desafios práticos relacionados à perenidade do financiamento e à estruturação de redes de apoio técnico e formativo.

Para que as metas do ODS 4 da Agenda 2030 sejam plenamente atingidas, é imperativo que os sistemas de ensino atuem de forma coordenada com as áreas da saúde e assistência social, garantindo a integração das intervenções.

Do ponto de vista das recomendações práticas, o estudo aponta para a necessidade de institucionalizar programas de formação em serviço, assegurar o aporte financeiro para equipes de apoio em todas as redes públicas, aplicar sistematicamente os princípios do UDL nos currículos e fortalecer a participação das famílias na

construção dos Planos Educacionais Individualizados (PEI).

Embora esta revisão apresente limitações inerentes à diversidade metodológica dos textos consultados e a um provável viés de publicação voltado a experiências exitosas, ela oferece subsídios valiosos para o campo.

Sugere-se, para investigações futuras, a condução de estudos longitudinais e multicêntricos que avaliem o impacto socioemocional em larga escala, além de análises de custo-efetividade sobre os modelos de suporte multiprofissional.

Em última análise, a conversão de desafios em oportunidades concretas exige que o cumprimento da lei seja acompanhado por um investimento sistêmico em recursos humanos e materiais, assegurando que o estudante com TEA encontre na escola comum um espaço de desenvolvimento integral e aprendizagem efetiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M.; SOUZA, L. P.; VIEIRA, M. S. Programa de conscientização escolar sobre autismo: efeitos nas interações entre pares. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Washington, DC: APA, 2022.

BARON-COHEN, S.; WHEELWRIGHT, S.; HILL, J.; RASTON, Y.; PLUMB, I. The “Reading the Mind in the Eyes” test revisited. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 42, n. 2, p. 241-251, 2001. DOI: 10.1017/S0021963001006643.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 jun. 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 jul. 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jul. 2015.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CAMARGO, S. P. H. et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo. *Educação em Revista*, v. 36, e214220, 2020. DOI: 10.1590/01024698214220.

CAST. Universal Design for Learning guidelines 3.0. Wakefield, MA: CAST, 2023. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Data & statistics on autism spectrum disorder. Atlanta, 2023. Acesso em: 11 fev. 2026.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

GARCIA, T.; BARROS, F.; FERRAZ, R. *Formação híbrida de professores para*

inclusão de alunos com TEA. *Educar em Revista*, v. 39, e92403, 2023.

HILL, E. L. Evaluating the theory of executive dysfunction in autism. *Developmental Review*, v. 24, p. 189-233, 2004. DOI: 10.1016/j.dr.2004.04.001.

HONG, Q. N. et al. Improving the content validity of the Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). *PLOS ONE*, v. 13, n. 5, e0196577, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0196577.

LORD, C.; ELSABBAGH, M.; JONES, E.; FERNELL, E. Autism spectrum disorder. *Nature Reviews Disease Primers*, v. 6, n. 5, p. 1-23, 2020. DOI: 10.1038/s41572-019-0138-4.

MARTINS, C.; RIBEIRO, J.; LIMA, K. Realidade aumentada e comunicação pictográfica para estudantes autistas. *Tecnologia Educacional*, v. 34, n. 1, p. 77-95, 2025.

NUNES, K. C. et al. Inclusão escolar do TEA. In: SILVA, E. (Org.). *Health in the global context: challenges, policies, and practices*. Vitória: Seven Publicações, 2024. p. 1-22. DOI: 10.56238/sevened2024.028007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. New York: UN, 2006.

PAIVA, A. R.; VAN MUNSTER, M.; GONÇALVES, A. G. Universal Design for Learning and inclusive education: a systematic review in the international literature. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 627-640, 2019. DOI: 10.1590/S1413-65382519000400009.

SHAKESPEARE, T. *Disability rights and wrongs revisited*. 2. ed. London: Routledge, 2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.;
CARVALHO, R. Integrative review: what
it is and how to do it. *Einstein*, v. 8, n. 1,
p. 102-106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-
45082010RW1134.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL,
SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION – UNESCO.
Salamanca statement and framework
for action on special needs education.
Salamanca, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da
mente. 6. ed. São Paulo: Martins
Fontes, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION.
Assistive technology: actionable policy
recommendations to ensure equitable
access. Geneva: WHO, 2023.

ZWICKER, V.; FERREIRA, A. P.
Realidade aumentada no ensino de
Ciências para alunos com autismo.
Cadernos de Informática na Educação,
v. 19, p. 145-162, 2024.